



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

04 e 05 de fevereiro de 2017

Notícias do Dia
Opinião
"SC conectada à Suécia"

SC conectada à Suécia / Eduardo Bridi / UFSC / Assessor geral das Câmaras Setoriais do CRA-SC / Santa Catarina / Conexão Suécia

SC CONECTADA À SUÉCIA

A Suécia tem uma população de 9,1 milhões de pessoas, ou seja, em termos habitacionais é um pouco maior do que Santa Catarina. Atualmente há 220 empresas suecas no Brasil que geram cerca de 60 mil empregos, além de movimentarem mais de R\$ 10 bilhões. O interessante para Santa Catarina é o potencial que uma conexão mais próxima com este país pode gerar.



**Eduardo
Bridi**

Assessor geral
das Câmaras
Setoriais do
CRA-SC

Estes benefícios podem vir de forma mais rápida e prática sob três enfoques. Um deles é o comercial: a Suécia é um expressivo importador de equipamentos eletrônicos, maquinaria, produtos alimentares, petróleo, têxteis, calçado e automóveis, havendo aí uma possibilidade de inserção de empresas catarinenses. Na integração entre cultura e educação já existem iniciativas de intercâmbio de estudantes e pesquisadores entre Santa Catarina e Suécia. E,

no desenvolvimento de projetos, há intenções de desenvolvimento de projetos ambientais de descarte de resíduos sólidos, reciclagem e geração de energia. Todo esse potencial foi identificado no evento Conexão Suécia, realizado no final de 2016 com a participação de três palestrantes suecos.

Para que os resultados do evento se tornem realidade, idealizamos cinco novas etapas

para este ano. Em novembro será realizado o Conexão Suécia com uma nova temática. A ideia desta vez é trazer assuntos relacionados ao turismo e à inovação tecnológica, dois pilares da economia catarinense.

Em maio próximo será realizada a Missão Suécia, para serem apreciadas *in loco* algumas das referências citadas, tais como a Usina de Tratamento de Lixo, empresas como a Volvo, SKF, Husqvarna, universidades e centros de inovação. E há o projeto para implantar em um município de Santa Catarina, mediante parceria público/privada, uma planta de reciclagem de resíduos sólidos com geração de energia.

Ela consiste em promover junto a entidades e empresas de base tecnológica negociações para que soluções catarinenses possam ser comercializadas na Suécia. O projeto oferece a possibilidade de catarinenses interessados em cursar parte de uma graduação ou pós-graduação na Suécia conhecerem programas de ensino e fazerem contatos com universidades daquele país.

Estamos certos de que o ponto de partida foi iniciado de forma excelente com o Conexão Suécia, o qual teve apoio importante de instituições como CRA/SC, CFA, Crea/SC, Seac/Sindesp, Fecomércio, Fiesc, Badesc, SDS, UFSC e Jönköping University. O ano de 2017 é bastante promissor.

Notícias do Dia Região "A reinvenção do food truck"

A reinvenção do food truck / Parque de food truck / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina

18.Região

NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO - 4 E 5 DE FEVEREIRO DE 2017

Editor
MARCOS HOROSTECKI
marcos.horostecki@noticiasdo.com.br

A reinvenção do food truck

Empresários de São José investem na parceria com os proprietários dos trailers e conquistam o consumidor

BRUNELA MARIA
brunela@noticiasdo.com.br

O turismólogo Fábio de Souza, 35 anos, sempre sonhou em investir na área de alimentação e queria ter um espaço que unisse boa gastronomia, lazer, artes e um ambiente diferenciado. Durante muito tempo, deixou os planos na geladeira, com medo de impostos e da burocracia. Quando os food trucks se tornaram uma febre, ele passou a estudar o mercado e viu que muitos tinham dificuldade em conquistar um ponto para trabalhar. Quem já tinha o ponto também sofria para manter o movimento, o que exigia a montagem da estrutura em locais diferentes, desperdiçando tempo e dinheiro. Com o Meu Jardim Food Park, ele facilitou a vida de quem investiu nos caminhões de comida rápida e criou uma alternativa de lazer para o bairro de Campinas, em São José, e a Grande Florianópolis.

"Eu nasci aqui, cresci neste lugar e desde jovem percebia a falta de opções para lazer. Temos baladas, casas noturnas e resolvemos fugir deste roteiro. A ideia é fazer as pessoas se desligarem desta seiva de pedras através do nosso ambiente", complementa Souza. Para viabilizar o projeto, ele contou com a ajuda dos amigos Leonardo Stuhler Miguel, 31, e Hércules Elias Westphal, 36, que

também sonhavam com um empreendimento na área gastronômica. Algo que destoasse um pouco do tom cinzento dos prédios da região.

O plano de negócios levou seis meses para ficar pronto e aos poucos o parque de food trucks foi tomando forma, até inaugurar no último dezembro. Até a iluminação foi planejada para acalmar os ânimos dos visitantes, convidando-os a relaxar e curtir bons momentos ao lado dos familiares e amigos. "Priorizamos as pessoas e buscamos valorizar cada uma delas. Nosso serralheiro eu trouxe da Guarda do Embaú, em Palhoça, para trabalhar com madeira de demolição. Então, tem uma energia muito bacana de todos que colaboraram", continua. ●

“

Quem conhece indica, volta, apresenta aos amigos e isso é gratificante. Já pensamos, após a estabilização, na possibilidade de franquiar a marca”.

Leonardo Miguel, sócio do Meu Jardim Food Park



Guilherme Molasco de Souza e sua equipe aprovaram a iniciativa



Os food trucks ficam ao redor de uma estrutura fixa com decoração, mesas e segurança

Mais de 500 visitantes por dia

■ Em dois meses, mais de 35 mil pessoas foram ao Meu Jardim. Uma média, segundo os empresários, de 500 visitantes diários. "Está muito bom, quem conhece indica, volta, apresenta aos amigos e isso é gratificante. Já pensamos, após a estabilização, na possibilidade de franquiar a marca", complementa Miguel.

Atualmente estão trabalhando no parque oito caminhões, com especialidades gastronômicas diversificadas. Crepe, hambúrguer, pastéis, comidas fitness e no centro disso tudo está o Bar Into, com cinco cervejas artesanais.

A escolha dos parceiros levou em consideração a qualidade do item fornecido. Os empresários priorizaram o car-

dápio diferente junto da rotatividade de sabores. "É necessário observarmos vários quesitos para o trailer estar aqui. O cliente precisa ser conquistado pelo serviço oferecido por todos nós na mais alta qualidade. Ele paga com satisfação, a gente vê isso", explica.

Para o inverno, a ideia é investir em aquecedores, tornando o espaço mais acolhedor. Os cardápios também serão pensados para alinhar frio e gastronomia. "Não queremos perder esse foco tão importante pra nós que é familiar. Notamos a presença das gerações, o pai, filho e neto, todos juntos no Food Park e vamos manter isso porque é nosso conceito", conta.

Infraestrutura de apoio faz a diferença

■ Guilherme Molasco de Souza, 28, é um dos chefs presentes no Meu Jardim. Com experiência de 11 anos nas cozinhas da região, resolveu investir no trailer especializado em hambúrguer e batatas fritas. Os desafios da culinária por meio dos Food Trucks não se diferenciaram de um restaurante fixo, segundo ele. "Já estou com o Old School Hamburgueria há dois anos e jamais me arrependo de ter investido. Atender no Meu Jardim é uma experiência única", comenta.

O truck do empresário já percorreu outros pontos da Grande Florianópolis. Antes de permanecer no Food Park de São José, atendia na Lagoa da Conceição, em frente à UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e Côrrego

Grande. Quando conheceu os proprietários do Meu Jardim, estava começando as negociações para abrir um ponto. Desistiu. "A estrutura e apoio fazem a diferença, nas ruas você trabalha sozinho, ao contrário do Food Park, onde recebe ajuda e um se preocupa com outro. Isso faz toda diferença", diz.

Para Leonardo Miguel, quando os trailers ficam espalhados em pontos na rua, o fluxo de pessoas que param é bem menor. Outro problema é a estrutura. Sem ambiente adequado como banheiros, espaço para crianças, segurança, limpeza da rua, a permanência do cliente é reduzida. A questão burocrática também inibe muitos empreendedores do investimento.

Notícias do Dia Plural "Orgulho Afro"

Orgulho Afro / Blog / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina /
Formada em Jornalismo / Stephanie Pereira / Bullying / Cabelo Afro

4/5 NOTÍCIAS DO DIA FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 4 E 5/2/2017

Orgulho afro

Jovem cria blog para registrar
aprendizado sobre os cabelos crespos

KARIN BARROS
karin.barros@noticiasdodia.com.br

Há dois anos, a jovem Stephanie Pereira, 25, começou a questionar suas escolhas estéticas, e elas começaram pelo cabelo. Negra, ela alisava o cabelo desde os 12 anos de idade. "Eu achava um absurdo não lembrar da textura do meu próprio cabelo", diz ela, que é formada em jornalismo pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), natural de Criciúma, mas moradora de Florianópolis. O motivo dessa transformação precoce: uma sociedade preconceituosa que ditava ao mundo que meninas deveriam ter cabelo liso. "Eu sofri muito bullying por isso, e acabava odiando meu cabelo", conta. Não que essa ditadura da moda tenha mudado muito até os dias de hoje, porém, com a força do empoderamento feminino, dezenas de mulheres negras passaram a assumir o cabelo original, ou até mesmo penteados característicos de africanas, expressando para quem quiser ver o orgulho que sentem da própria história.

Não é difícil encontrar na rua atualmente homens e mulheres com os chamados "black power" (moda nos anos 1960/1970) ou as "tranças box braids" (ou coneccalon). Perucas também estão em alta, e uma das precursoras brasileiras que têm disseminado o estilo é a funkzeira Ludmilla. Ela usa o que chamam de "full lace", uma prótese capilar tendência nos Estados Unidos que pode ser encontrada em várias cores e estilos. O valor chega a R\$ 200 mil. Stephanie dá a dica da "lace wigs" que pode ser retirada a qualquer hora, e que tem valor partindo normalmente de R\$ 300 a quase quatro dígitos, e são compradas pela internet.

No meio do processo capilar, Stephanie começou a ler muito sobre tratamento para cabelo crespo, porém, a maioria era de sites do exterior, quase nada no Brasil, um país com toda sua história em torno dos negros. "O que tinha de brasileiro era dica para quem já tem cabelo crespo ou quer manter alisado, não para quem quer voltar ao cabelo original", explica. Em meio as pesquisas, decidiu prestar mais atenção na saúde do próprio cabelo e na relação com ele, e registrar tudo o que aprendeu. Dessa maneira surgiu o blog – que também é página no Facebook – Cabelo Afro. "Ele surge para preencher esse gap de informação que eu só encontrava fora e para registrar minhas descobertas. Aprender mais sobre cabelo afro", pontua Stephanie.

Entre as descobertas iniciais da jovem, e talvez principais, está o uso de óleos naturais para cabelo crespo. "Minha avó e minha mãe me ensinavam isso quando eu era pequena, mas durante a vida a gente não resgata essas coisas", diz. Hoje, Stephanie tenta não usar química no cabelo para obter a textura natural, e chegar finalmente ao dia do "big chop" (corte de transição capilar). Porém, se perguntada se é contra o alisamento, ela é direta: "você tem que entender porque você começou a alisar o cabelo, e aí você decide se quer continuar ou não".



Jornalista
Stephanie Pereira,
autora de "full
lace", dá dicas da
transição do liso
para o natural

Madeixas empoderadas

Para proteger o cabelo natural, ela já utilizou as box braids, lace wigs, crespo curto, crespo e curto com alongamento. É possível acompanhar todas as transformações dela pelo Cabelo Afro. "Descobri que muitas mulheres utilizam a peruca não só porque precisam por alguma doença, mas porque querem se sentir bem", diz Stephanie.

Depois de escrever e se analisar muito, Stephanie diz que não se importa em ter o cabelo liso novamente, porque

sabe que agora o cabelo é parte do que ela é e não o principal, e que não estará seguindo um padrão ditado pela sociedade, e sim sua vontade própria em ter ou não o cabelo natural. Stephanie segue influenciadoras digitais com os mesmos ideais nas redes sociais, como Anne Barreto e Náticy Neri.

Hoje, a página Cabelo Afro tem 3.000 curtidas, a maioria de mulheres vindas de São Paulo, Bahia, e de fora, como Cabo Verde, Angola e Moçambique.

Notícias do Dia Luiza Gutierrez "Entrevista: Altamiro Geraldo Nunes"

Entrevista: Altamiro Geraldo Nunes / UFSC / Gastronomia / Engenharia Civil / Chez Altamiro Cuisine Française

10/11 NOTÍCIAS DO DIA FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 4 E 5/2/2017



LUIZA GUTIERREZ
luiza.gutierrez@gmail.com
ndonline.com.br/luiza-gutierrez

ALTAMIRO GERALDO NUNES

Altamiro Geraldo Nunes, manezinho da Ilha, funcionário público na área de engenharia, descobriu a gastronomia como sua grande paixão por acaso e tornou-se uma referência de culinária francesa na pacata comunidade do Rio Vermelho. Hoje, mantém um bistrô com atendimento diferenciado e faz sucesso com sua criatividade e história de vida. Conquistou o respeito da mídia especializada em gastronomia e uma clientela de paladar exigente. Altamiro não é francês, nem nunca morou lá. Já visitou e se apaixonou ainda mais. O chef é um aficionado pela cultura francesa e quando decidiu ter um restaurante foi até a Aliança Francesa com um livro de culinária francesa debaixo do braço. Lá lhe disseram: "nós traduzimos". Ele respondeu, "não, eu quero aprender". E fala muito bem o francês, além de cozinhar com paixão.



DIVULGAÇÃO/ND

A história

Minha história começa em um dos bairros mais antigos de Florianópolis, hoje São João do Rio Vermelho. Desde criança fui impulsivo, nascido em família muito humilde. Cedo percebi que o único jeito de sair daquela situação seria me dedicando aos estudos, coisa que fiz sempre em escola pública, primeiro grau na escola do bairro, depois o segundo grau na Escola Técnica Federal de Santa Catarina, onde cursei o curso de edificações. Logo ingressei com estágio profissionalizante no antigo DAE (Departamento Autônomo de Edificações), onde fui contratado e trabalho até hoje, e prestei vestibular para engenharia civil na UFSC.

Descoberta da vocação

Durante o Réveillon de 1988, morava em uma pousada e a proprietária sempre preparava uma caldeirada de frutos do mar para a comemoração. Uma hóspede, decoradora de São Paulo, resolveu incrementar o jantar e trouxe uns pernis de vitela. Na tarde do dia 31, ela começa os preparativos de um chutney de frutas para acompanhar os pernis. Algum tempo depois, encontro-a irritada, pois o molho havia desandado. Ela pediu pra que eu corrigisse. Desafio aceito, eu adiciono o bicarbonato ao molho e após a reação química coloco um pouco mais de sal e peço que o prove. Então ela pediu para que eu continuasse, coisa que de imediato recuso, então ela interveio dizendo: "Quem salva este tipo de molho faz qualquer coisa na cozinha". A partir disso passei a ler muito sobre gastronomia, desde o livro de Dona Benta à fisiologia do gosto de Brillat Savarin, passando por Cordon Bleu.

O investimento

Nos últimos meses de 1990, precisei complementar minha renda, já que salário de servidor público estava defasado, então com um amigo começo a vender frango assado de televisão de cachorro. Em duas semanas, passo a vender também cervejas e em menos de um mês passo a ter um bar, que mais tarde tinha como carro-chefe pizzas, que faziam o maior sucesso. Cansado de servir 'bebuns', resolvi abrir um restaurante e já estava cursando francês, por isso a inspiração do Chez Altamiro, que no início seria cozinha internacional, até que mais um dos acasos acontece: a inauguração deu-se no dia 14 de julho de 1995, data da Revolução Francesa, e então batizei de Chez Altamiro Cuisine Française.

O sucesso do acaso

A divulgação começou com os amigos de boca em boca, às vezes um ou outro jornalista aparecia e dava uma nota. Os especialistas em gastronomia, blogs de viagens como Trip Advisor fizeram comentários positivos elogiando a comida, o atendimento, a carta de vinhos. Então apareciam outros clientes que se tornavam amigos, já que eu mesmo cozinho, sirvo e recebo os clientes.

O desafio

O maior desafio é tirar as pessoas de casa para virem ao Rio Vermelho, porque é longe, mas alguns têm curiosidade e espírito de aventura suficiente para experimentar os novos sabores e pagar por um serviço personalizado e exclusivo. Hoje, passado quase 22 anos, o Chez Altamiro virou uma referência em gastronomia em Florianópolis, foram muitas lutas, mas a perseverança é maior.

O diferencial e o segredo

Desde a inauguração, e agora com as novas instalações, eu mantenho uma horta totalmente orgânica com os temperos, legumes e hortaliças que eu mesmo cultivo e são usadas no preparo de cada prato. Cada ingrediente é selecionado desde o processo de produção até chegar à mesa do cliente, sejam os queijos dos melhores produtores até a carne bovina. O requinte está na simplicidade, eu passo o dia na horta, cuidando de cada hortaliça para poder extrair o melhor dela durante o jantar. Enquanto sirvo, falo de vinhos, conto histórias, descrevo os pratos e converso sobre a cultura francesa tendo sempre o acompanhamento de boa música (trilha sonora que eu mesmo escolho).



RAIO-X

NASCIDO EM FLORIANÓPOLIS
SOB O SÍMBO DE ARIES, COM
ASCENDENTE EM VIRGEM
SI ANOS, SOLTEIRO

Diário Catarinense
Laura Coutinho
"Defensora do verde"

Defensora do verde / Cristiane Derani / Professora de Direito Ambiental / UFSC



WHAT'S UP

Por Laura Coutinho

@laura.coutinho@diariocatarinense.com.br

diariocatarinense.com.br/whatsup

@whatsup_dc

Defensora do verde

Pós-doutora em Direito Ambiental e fundadora do primeiro mestrado da área no país, Cristiane Derani escolhe a capital catarinense para compartilhar sua expertise



Cristiane Derani, professora de Direito Ambiental na UFSC, dois pós-doutorados na área, livros e inúmeros artigos publicados e uma das maiores estudiosas do assunto no Brasil, é uma dessas profissionais que Florianópolis teve a sorte de receber prontamente. Assim como outros especialistas altamente qualificados que escolheram a Ilha para viver, Cris foi atraída pela qualidade de vida da capital catarinense, deixando em São Paulo o cargo de professora da USP, onde também se formou e fez mestrado, e um escritório próprio que já havia prestado consultoria para empresas como a Natura. De Florianópolis, onde fixou residência há sete anos depois de passar em concurso para professora da UFSC, Cris não planeja sair jamais. Aos 50 anos, ela, que fundou o primeiro mestrado em Direito Ambiental do Brasil, em Manaus, pertence à primeira leva de profissionais especialistas no assunto que só surgiu como disciplina de graduação quando a paulistana já era doutora, em 2001. A professora casada, mãe de dois filhos e moradora de uma casa no Porto da Lagoa conversou com a coluna.

Quando escolheu cursar direito na década de 1980 já pensava em atuar na área de meio ambiente?

Sim, fiz direito para defender o meio ambiente. Era década de 1980 e os movimentos estavam aflorando. Durante a faculdade na USP, nossa pauta de lutas eram as hidrelétricas na Amazônia e a usina nuclear de Angra (RJ). Tivemos dois grandes acidentes que acabaram aglutinando muito as pessoas na época:

o derramamento da indústria química em Bhopal, na Índia, em 1984, e Chernobyl, em 1986. Foi aí que comecei com a advocacia: a gente propunha ações para o Ministério Público, como a que impediu a importação do leite em pó contaminado de Chernobyl. Mas ainda era tudo muito incipiente. Comecei a fazer mestrado em Direito Econômico na USP e ainda não havia Direito Ambiental nem como disciplina. Fiz doutorado em Frankfurt, onde fiquei dois anos e meio. Meu projeto era a relação entre meio ambiente, economia e direito. Ali entrei em contato com toda a discussão de como o direito influencia a atividade econômica a fim de que ela seja menos danosa ao meio ambiente. Minha tese virou livro em 1997, teve cinco edições e até hoje a publicação é referência no tema.

Como era a sociedade alemã em termos de consciência ambiental na década de 90?

Na época, eles estavam começando a implantar o ponto verde. Hoje ele é uma imposição da Alemanha: qualquer produto que se venda lá tem que ter o ponto verde, o que significa que contribui com um percentual do valor para uma empresa de economia mista alemã que se encarrega da reciclagem da embalagem. Foi muito triste porque quando eu voltei para o Brasil, estava instalada a garrafa pet, na contaminação de tudo que tinha visto. A Alemanha sempre foi uma exceção, mesmo na Europa. Eles mesmos falam que preferem ter uma atitude mais restritiva em relação à indústria e aos produtos hoje porque amanhã eles vão vender a tecnologia para União Europeia.

As empresas ainda encaram o investimento em tecnologia limpa como algo dispendioso? E realmente é?

Obviamente você tem que investir mais, mas o retorno é maior. É o que a Natureza fez. As empresas grandes são as mais conscientes em relação a isso. Porque tem todo o relatório de responsabilidade social e ambiental, relatórios para os acionistas e selos, certificados.

E quais são os setores mais problemáticos?

Os de infraestrutura são os piores. Mineração, rodovias e agricultura, que foi beneficiada com a mudança do código florestal e nem o pouco que é exigido é preenchido. Hoje eu estudo alimentos, mudanças climáticas e biodiversidade no direito ambiental e o Brasil é objeto de curiosidade por dois motivos: nós alimentamos o mundo e nós destruimos o que temos. A preocupação não é só do lado ambientalista, mas de política econômica e mesmo de comércio internacional.

E em termos de políticas ambientais, em que patamar o Brasil se encontra?

Quando surgiu a Constituição de 1988 com um capítulo destinado ao meio ambiente, isso mobilizou muito o Ministério Público, a sociedade civil, o judiciário. Eu trabalhei no final do mandato do Fernando Henrique Cardoso na parte de habitação e meio ambiente e dei assessoria para o Ministério do Meio Ambiente sobre biodiversidade durante o primeiro mandato do Lula. Acho de 1988 até 2002 houve uma propagação maior dessas ideias. Os arranjos e as lutas pelo código florestal, entre 2007 e 2014, enfraqueceram muito o setor.

Impactos do pacote de Gean no cotidiano / Política / Projetos de Lei Complementar / Câmara de Florianópolis / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Regulamentação / Professor de Direito Constitucional / Matheus Felipe de Castro / Marca turística

IMPACTOS DO PACOTÃO DE GEAN NO COTIDIANO

PROJETOS APROVADOS NA Câmara de Florianópolis nas últimas semanas ainda deixam dúvidas em relação a como serão aplicados no dia a dia, mas prefeito alerta que regulamentação fará o detalhamento. Confira o que se sabe até agora

GABRIELE DUARTE E VÍCTOR PEREIRA
gabrielle.duarte@diariocatarinense.com.br
victor.pereira@diariocatarinense.com.br

Em pouco mais de uma semana, a Câmara de Vereadores de Florianópolis aprovou 25 projetos de lei complementar que afetam direta ou indiretamente a vida de quem mora na capital catarinense. O pacote de medidas encaminhado tão logo o prefeito Gean Loureiro (PMDB) assumiu a gestão tramitou em caráter de urgência antes mesmo de o legislativo municipal iniciar oficialmente as atividades. A justificativa foi a de uma situação de "calamidade financeira", que apontava para a necessidade de "mudanças que gerassem desenvolvimento econômico, criação de empregos e mais arrecadação sem a criação de novos impostos".

Apesar de os pareceres tentarem melhorar a redação das matérias, os projetos de lei aprovados nos últimos dias, já que Loureiro dispõe de base política na Câmara, ainda deixam muitas dúvidas sobre como passarão a valer. Contudo, o procurador-geral de Florianópolis, Diogo Pitsica, que participou da concepção dos projetos, enxerga poucos problemas no resultado final.

A reforma do Código Civil tramitou por 25 anos, o Código de Processo Civil por 10 anos. E todos têm problemas estruturais muito grandes. Acho que esses projetos de lei até têm poucos problemas — diz.

Pitsica ainda complementa: O problema não está no tempo e sim em questões sensíveis, que foram legisladas. E essas têm discussões tanto legais quanto constitucionais e operacionais. Isso é natural. Eu vejo que, se esses projetos tivessem demorado três anos, a gente iria discutir as mesmas coisas — defende.

Questionado se o prazo reduzido para concepção, discussão e votação dos projetos de lei pode ter interferido na qualidade das matérias, Gean Loureiro é contundente: "não". Ele explica que para terem eficácia, eles dependem da publicação da regulamentação e que esta será expli-

O problema não está no tempo e sim em questões sensíveis, que foram legisladas. E essas têm discussões tanto legais, quanto constitucionais e operacionais. Eu vejo que, se esses projetos tivessem demorado três anos, a gente iria discutir as mesmas coisas

DIOGO PITSIKA
Procurador-geral de Florianópolis

cada e trabalhada com tempo. — É preferível traçar as linhas gerais e detalhar na regulamentação, porque, se precisar de alterações e correções, na lei é muito mais difícil de fazer — diz.

"DEBATE SE TRAVARÁ COM O JUDICIÁRIO", DIZ ESPECIALISTA

O professor de Direito Constitucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e ex-vereador de Florianópolis Matheus Felipe de Castro cita o princípio da inafastabilidade do poder judiciário para lembrar que as leis municipais poderão ser alteradas em caso de perda de direitos das pessoas.

Existem vários projetos de lei, alguns inclusive fazendo reformas nas legislações vigentes, como as questões previdenciárias dos servidores. E um pouco precipitado fazer uma alteração tão radical sem debate com as categorias envolvidas. Todo projeto, que vem de cima para baixo sem debate, pode ter questionada a sua legitimidade democrática — alerta.

Para o presidente da Comissão de Direito Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado, Rogério Duarte, se forem verificados problemas nas matérias, a correção pode demorar.

Esse debate se travará junto ao poder judiciário. Mas, veja de origem, a lei nasce constitucional. Até que se tenha manifestação contrária do judiciário, as leis entram em vigor após a sanção do prefeito. Esse debate [sobre a constitucionalidade] pode levar muito tempo — ponderou em entrevista ao Jornal do Almoço.

O QUE PASSOU PELO LEGISLATIVO

COMO SE LÊ DESCRIÇÃO O QUE MUDA?

ADMINISTRAÇÃO

1.607/17 - PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP)

O município ganha poder para firmar parceria público-privada e realizar transações para desapropriações por interesse público ou social na cidade.

Objetivo é viabilizar arrecadação de recursos ou formas de compensação para desapropriações, como em obras como a duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, o elevador do Rio Tavares e a conclusão do asfalto da Rua Padre Rohr, em Santo Antônio de Lisboa.

1.591/16 - ESTATUTO DOS SERVIDORES

Suspende a aplicação do atual plano de carreira dos servidores municipais até que um novo seja elaborado. Também suspende indenizações e gratificações dos servidores que se aposentarem, altera as regras para diárias, gratificações, licenças e férias.

Com as alterações nos benefícios e gratificações, a estimativa é economizar R\$ 5 milhões nos próximos 4 anos, segundo a prefeitura. Com o corte na licença-prêmio, a redução estimada é de R\$ 2 milhões. Em relação às incorporações de gratificação, os anuênios e triênios, espera-se que a economia com essas incorporações possa chegar a cerca de R\$ 25 milhões no mandato. A projeção é que a redução do percentual da hora extra paga aos servidores diminua o gasto mensal de R\$ 750 mil para R\$ 150 mil e em relação ao adicional noturno o recurso nos gastos é de R\$ 150 mil por mês.

1.590/16 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Projeto de lei reduz o número de secretarias de 28 para 14, diminui cargos comissionados, funções gratificadas e extingue as gratificações de atividade especial.

A previsão da administração é de economizar R\$ 4 milhões por ano, levando em conta diminuição de prédios alugados, cargos comissionados, gratificações e manutenção e custeio das secretarias.

1.601/17 - CONSELHO DE MOBILIDADE URBANA

Estabelece a criação do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (Conmub), órgão vinculado à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana

Entre as atribuições do Conmub estão a sugestão de novas políticas sobre transporte coletivo, apreciação de assuntos do transporte, aprovação do reajuste tarifário e a revisão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos do transporte coletivo. O projeto cria também a Junta Administrativa de Recursos e Infrações de Transportes (Jarit), responsável pelo julgamento dos recursos contra as multas aplicadas ao sistema municipal de transporte de passageiros.

16.935/16 - CONCESSÕES

Institui o Programa de Parceria Pública-privada e Concessões de Florianópolis.

O projeto foi aprovado com alterações na proposta original. Entre elas, o acréscimo de "concessões" ao programa, considerando que a concessão deva ser celebrada nas modalidades administrativa e patrocinada. Patrocinada é o processo que envolve, além da tarifa cobrada dos usuários, contra prestação do serviço público ao parceiro privado. Administrativa é o contrato de prestação de serviços no qual a administração pública é usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de obras.

16.947/17 - CONTA ÚNICA MUNICIPAL

Cria o Sistema Financeiro de Conta Única Municipal, que centraliza todas as receitas orçamentárias e extra-orçamentárias, tributárias e não tributárias do Poder Executivo.

Os recursos do sistema financeiro de conta única serão aplicados pela Secretaria da Fazenda, Planejamento e Orçamento. As receitas serão arrecadadas, recolhidas e controladas por meio de sistema informatizado corporativo.

16.943/17 - CONTROLE DE GASTOS PÚBLICOS

Objetiva o aprimoramento das ferramentas de controle nos gastos públicos.

O projeto acrescenta dois parágrafos ao artigo da lei que estabelece em que situações o município não concederá subvenção a instituições privadas ou semioficiais. Assim, também é vedada subvenção quando a instituição tiver contas relativas à aplicação de valores públicos julgadas irregulares ou ter, entre seus funcionários, pessoas vinculadas a órgãos que tratem do repasse das verbas públicas.

16.938/17 - GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES

Cria o Fundo Municipal de Geração de Oportunidades.

Na prática, apenas altera o nome de um fundo já existente e permite usar os recursos dele como garantias em projetos de parcerias público-privadas voltados ao desenvolvimento econômico municipal. De acordo com o projeto, a medida pode trazer mais oportunidades de emprego e renda, já que será necessária contratação de mão de obra especializada nas parcerias.

FINANÇAS

1.609/17 - RECUPERA FLORIPA

✍ Institui o Programa de Racionalização e Recuperação de Créditos Fiscais (Recupera Floripa).

💬 Todos os tipos de dívidas com a prefeitura entram nesse pacote. A principal mudança é que autoriza o cidadão a formalizar convênios com instituições financeiras públicas e privadas para linhas de crédito e financiamento. Desta forma, caso o contribuinte não tenha como pagar a dívida, pode parcelar com instituições financeiras e regularizar o débito. O município recebe o valor em uma única parcela.

16.934/16 - PREVIDÊNCIA PARCELADA

✍ Autorizou o parcelamento de valores que deixaram de ser repassados pela prefeitura ao Fundo Financeiro e Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social do município de Florianópolis.

💬 Foi autorizado o parcelamento de R\$ 52.059.741,88 não repassados pela prefeitura anteriormente em até 60 meses, como forma de garantir os pagamentos e manter equilíbrio nas contas.

1.593/16 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO ÚNICO

✍ Fusão dos Fundos Financeiro e Previdenciário, que existem atualmente, no Fundo Previdenciário Único. No entanto, o aumento da alíquota da contribuição previdenciária do trabalhador de 11% para 14%, e da prefeitura de 14% para 28%, um dos pontos mais debatidos, foi suprimido por emenda.

💬 O Fundo Financeiro entra hoje com R\$ 6 milhões referentes à parte patronal, mas custa mais de R\$ 13 milhões, conforme a prefeitura. Por isso, atualmente o município teria que aportar R\$ 7 milhões todo mês para tapar o fundo. Fusão otimiza estruturas e recursos.

1.592/16 - JUROS PERDOADOS

✍ Trata dos débitos com a prefeitura. Foi pensado para estimular os contribuintes a quitarem os débitos com o município de forma financeiramente atrativa.

💬 Assegura aos contribuintes mais 60 dias (de 120 para 180 dias) para pagamento de créditos tributários e não tributários constituídos ou não em Dívida Ativa do Município, ainda que em fase de execução fiscal. Também confere redução de 100% da multa de mora e dos juros legais da dívida. Vale para todas as dívidas com a prefeitura.

CULTURA

1.611/17 - FEIRAS DE ARTESANATO

✍ Regulariza a atividade de artesanato nas feiras em Florianópolis, identificando os conceitos e denominações, a utilização dos espaços públicos e o funcionamento das feiras.

💬 Pretende dar mais segurança aos artesãos em Florianópolis. A Secretaria de Cultura passa a ser o órgão responsável pela administração das feiras da atividade artesanal. Para isso, contará com duas comissões: de feira (com 11 membros) e de avaliação e vistoria. A gestão das feiras ficará a cargo dos próprios artesãos.

TRABALHO

1.598/16 - HOME/TECH OFFICE

✍ Microempreendedores individuais (MEIs) e Microempresas ficam autorizados a atuar em imóveis residenciais, essa última por até três anos.

💬 Facilita a autorização para utilizar o endereço residencial como de trabalho. Também acelera a emissão de alvarás para empresas se instalarem em parques tecnológicos, desde que esses espaços estejam em conformidade com a lei.

16.942/17 - MICROFINANÇAS

✍ Institui o Programa de Microfinanças de Florianópolis para possibilitar o acesso ao crédito a microempreendedores individuais, empreendedores de micro e pequenas empresas, bem como profissionais autônomos e empreendedores populares, além de promover a inclusão e acesso a serviços financeiros à população de baixa renda.

💬 Incentiva a geração de emprego e renda aos MEIs, já que estimula a formalização de seus negócios. A prefeitura acredita que o desdobramento da matéria fomenta a economia local de forma direta e dinâmica.

HABITAÇÃO

1.610/17 - "AGILIZA FLORIPA"

✍ Institui o projeto Agiliza Floripa, que regulamenta e pretende acelerar o processo de aprovação de projetos técnicos para as obras de construção, reforma, regularização e ampliação de edificações até 750m².

💬 As pessoas terão direito a um "alvará simplificado", antes de obterem a versão definitiva do documento, mediante apresentação do projeto da obra a um profissional técnico responsável da prefeitura. Com isso, já poderão iniciar a construção, reforma ou ampliação das edificações. Se for verificado algum erro, o arquiteto da obra e o do município podem ser penalizados.

1.595/16 - REDUÇÃO DO ITBI

✍ Altera a alíquota do Imposto sobre a Transmissão Onerosa de Bens Imóveis por Atos Inter Vivos (ITBI), com redução do seu valor.

💬 O imposto é cobrado no ato da venda e transferência de um imóvel. As alíquotas baixaram de 3% para 2%, o que possibilita de forma mais acessível mudar o nome do proprietário de um imóvel em situações de venda. Também regulariza os "contratos de gaveta", sem pagamento de ITBI, feitos antes da entrada em vigor da lei.

1.605/17 - REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES

✍ Regulariza a situação das construções consideradas irregulares e construídas até 31 de dezembro de 2016.

💬 Construções irregulares até a data estabelecida terão direito ao Habite-se em até quatro anos, desde que as obras não estejam situadas em áreas de preservação permanente ou sejam tombadas e de interesse histórico.

1.606/17 - TAXA TURÍSTICA

✍ Cria a Taxa de Equipamentos Turísticos para conservação e manutenção de equipamentos públicos voltados ao turismo.

💬 De acordo com o projeto, a taxa tem como fato gerador a estruturação, conservação e manutenção de equipamentos públicos voltados ao turismo, existentes ou a serem criados. Os recursos vindos desta taxa, paga pelos usuários dos equipamentos, irão para o Fundo Municipal de Turismo e a fiscalização será de competência da Secretaria de Turismo.

16.939/17 - VOLUNTARIADO NA PREFEITURA

✍ Institui o serviço voluntário no âmbito da administração direta e indireta de Florianópolis.

💬 Autoriza o trabalho voluntário nos serviços da prefeitura de Florianópolis para maiores de 16 anos no período de um ano, podendo ser prorrogado. O serviço não deve substituir o trabalho de qualquer categoria profissional. A Secretaria Municipal de Administração é quem vai gerir o processo.

TURISMO

16.937/16 - FUNDO DE TURISMO

✍ Cria o Fundo Municipal de Turismo de Florianópolis.

💬 A proposta tem como objetivo permitir que recursos do fundo possam ser utilizados como garantias em projetos de parcerias público-privadas voltados ao apoio, incentivo, desenvolvimento e fomento ao turismo municipal. Os recursos virão de taxas como a do uso da nova marca turística da cidade e da recém-criada Taxa de Equipamentos Turísticos.

16.940/17 - VEÍCULOS DE TURISMO

✍ Dispõe sobre o mecanismo de controle e regulamentação da circulação, embarque, desembarque e estacionamento de veículos de turismo em Florianópolis e Institui o Selo de Identificação de Veículo de Turismo - SIVETUR.

💬 A partir da regulamentação, será necessária a fixação do Sivetur nos veículos de turismo. O selo será emitido pela Secretaria de Turismo, após cadastramento a ser definido pela prefeitura. A fiscalização é da Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana.

16.941/17 - MARCA DE FLORIANÓPOLIS

✍ Dando continuidade ao trabalho iniciado em 2014 pela Universidade Federal (UFSC), o projeto estabelece parâmetros para a criação da marca turística na cidade.

💬 A construção da marca contou com diversas estratégias para torná-la referência da cidade e de sua gente, incluindo a participação popular. A marca poderá ser usada em todos os meios e divulgação oficial do município, em documentos oficiais, na divulgação dos eventos e em todas as atividades do poder público.

TRANSPORTE

1.599/17 - PASSE ESTUDANTIL

✍ Dispõe sobre o controle, a forma de concessão e a habilitação ao benefício da gratuidade no serviço de transporte coletivo convencional ou regular aos usuários com cartão de tarifa social especial e aos estudantes com tarifa social.

💬 A proposta inicial previa comprovação de ganho de até três salários mínimos ou cadastro no Programa Bolsa Família, mas os vereadores retiraram tal exigência. Estudante terá direito a 60 passagens mensais. Vereadores solicitaram a inclusão de acompanhantes nesse benefício.

1.600/17 - PASSE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

✍ Dispõe sobre o controle, forma de concessão e habilitação ao benefício da gratuidade no serviço de transporte coletivo concedida a pessoa com deficiência física.

💬 Garante isenção na tarifa de transporte coletivo para pessoas com deficiência física, visual, auditiva e mental com deficiência permanente. A proposta inicial previa comprovação de ganho de até três salários mínimos ou cadastradas no Programa Bolsa Família, mas os vereadores retiraram a exigência.

SC entre os que mais sofrem com desastres naturais / Banco Mundial / Forças da natureza / UFSC / Santa Catarina / Prejuízos / Relatório de Danos Materiais e Prejuízos Decorrentes de Desastres Naturais no Brasil / Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil / Ceped / Gestão de Riscos de Desastres / Rafael Schadeck / Defesa Civil / Prevenção / Resposta aos desastres / Centro Integrado de Gestão de Risco e Desastres / Previsão / Epagri/Ciram / Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de SC / Hamilton Justino Vieira / Meteorologia

NOTÍCIAS | ESPECIAL

(48) 3216-2956
Editora: Julia Pitthan
julia.pitthan@diariocatarinense.com.br

(48) 3216-2950
Editora: Natália Leal
natalia.leal@diariocatarinense.com.br

(48) 3216-2957
Editora: Raquel Vieira
raquel.vieira@diariocatarinense.com.br

DIÁRIO CATARINENSE,
SÁBADO E DOMINGO,
4 E 5 DE FEVEREIRO DE 2017

SC ENTRE OS QUE MAIS SOFREM COM DESASTRES NATURAIS

A INDÚSTRIA CATARINENSE foi a mais abalada no país pelas intempéries entre 1995 e 2014 e os prejuízos deixaram o Estado como o terceiro mais prejudicado. Levantamento é da UFSC, em parceria com o Banco Mundial

ROELTON MACIEL
roelton.maciel@diariocatarinense.com.br

As forças da natureza fizeram de Santa Catarina o terceiro Estado do país mais impactado por danos materiais e prejuízos financeiros em um intervalo de duas décadas. Despesas provocadas por desastres naturais nas cidades catarinenses somaram R\$ 17,6 bilhões entre 1995 e 2014. Entram nesse cálculo desde eventos extremos, como furacão, tempestades e inundações, até situações de seca e estiagem.

Só a indústria catarinense, a mais abalada do país por conta dos desastres, perdeu cerca de R\$ 1 bilhão no período. O setor de serviços de SC também concentrou o maior prejuízo entre todos os Estados no segmento, com danos de R\$ 1,5 bilhão. Os catarinenses ainda foram os que mais tiveram essas dificuldades pelos fenômenos naturais: pelo menos 802 mil habitações sofreram algum tipo de dano em função dos desastres.

As informações estão reunidas no Relatório de Danos Materiais e Prejuízos Decorrentes de Desastres Naturais no Brasil, um levantamento elaborado pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil (Ceped) da UFSC, com o apoio do Banco Mundial. A publicação, recém-divulgada pelo Ceped, considera informações relatadas pelos municípios aos Estados e à União – desastres ocorridos nos últimos dois anos ainda não constam no estudo. Pesquisador do Ceped e organi-

zador do relatório, o especialista em gestão de riscos de desastres Rafael Schadeck explica que a variedade de eventos frequentemente observados em Santa Catarina impulsiona a posição do Estado no cenário nacional. Registros de tornados, vendavais e granizo, por exemplo, são recorrentes e costumam fazer estragos moderados.

Mas os eventos mais convencionais, diz o especialista, geram números expressivos quando somados aos chamados "pontos fora da curva", como o Furacão Catarina em 2004, o único já registrado na costa brasileira. Somente naquele ano, quase 100 mil casas foram danificadas. Também em 2004, Santa Catarina foi afetada por uma forte estiagem, que se estendeu até o ano seguinte, comprometendo os resultados na agricultura.

Em 2008, outro período com desastres de proporções muito acima da média, mais de 80 mil casas foram danificadas no Estado. O ano foi marcado por uma tragédia com mortes, deslizamentos e inundações em novembro. A época, os prejuízos estimados foram estimados em R\$ 4,7 bilhões pelo Banco Mundial. Destes, R\$ 1,4 bilhão apenas no setor habitacional. Joinville, Lages, Itajaí, Blumenau e Criciúma tiveram a maior quantidade de registros. As inundações no Vale do Itajaí, em 2011, e no Vale do Itapocu, em 2014, além das ocorrências de granizo e de tempestades nas regiões Oeste e Serrana, em 2014, também são lembrados como eventos que provocaram picos entre as duas décadas analisadas.

– "Tínhamos o objetivo de chamar atenção não apenas para os grandes eventos, mas para o somatório de todos eles. Santa Catarina tem 295 municípios que, em algum momento, apresentaram danos nesses 20 anos. Somos um Estado bem preparado, mas risco zero não existe. Há um perfil de perigo natural bastante significativo – aponta Schadeck.

Eventos relacionados ao excesso de chuva foram os mais frequentes em Santa Catarina no período ana-

lisado. Só as enxurradas somaram 907 ocorrências. Especialmente no Oeste, foram 823 casos de estiagem ou seca. Isto fez da agricultura do Estado a quarta mais prejudicada do Brasil durante os anos avaliados.

DETALHAMENTO DOS DADOS INFLUENCIA NA COLOCAÇÃO

O setor privado foi o mais afetado pelos desastres naturais, com custos de R\$ 11,3 bilhões em 20 anos. Já o poder público catarinense teve prejuízos na casa de R\$ 3 bilhões, entre instalações públicas de saúde, ensino, de prestação de serviços e de uso comunitário. A maior fatia impactou os cofres públicos em 2014, quando o montante perdido chegou a R\$ 203 milhões.

Embora não justifique a posição destacada de Santa Catarina no relatório, o organizador do levan-

80 mil

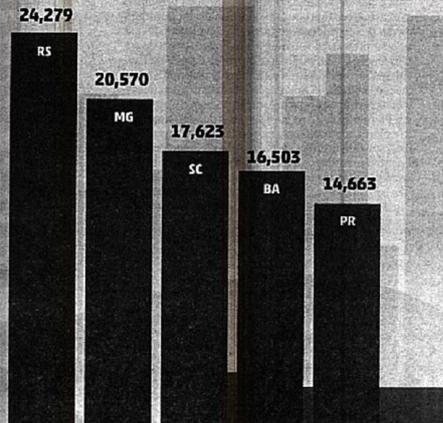
casas foram danificadas no Estado em 2008, quando deslizamentos e enxurradas mataram centenas de pessoas

tamento entende que o detalhamento dos dados locais contribui para que os números de SC sejam mais precisos do que os de parte dos outros Estados.

– A pesquisa é retroativa, tem início na análise de anos atrás. Há algumas lacunas porque não se tinha o mesmo sistema de informação que existe hoje. Mas Santa Catarina sempre esteve um pouco à frente na organização dos relatórios, o que acaba por incrementar as quantidades de eventos registradas aqui – aponta Schadeck.

DANOS E PREJUÍZOS TOTAIS (R\$ - EM BILHÕES)

No ranking nacional, despesa para reconstrução só não é maior do que no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais.



3º lugar

TRAGÉDIA DEIXA LIÇÕES E AÇÕES DE PREVENÇÃO ESTÃO EM ANDAMENTO

Em 2008, o pior desastre natural da história do Estado também deixou lições. Uma delas foi a retomada de estudos voltados à região do Vale do Itajaí, considerada uma das áreas mais vulneráveis. Pesquisas iniciadas na década de 1980 pela Agência de Cooperação Japonesa (Jica) ganharam as atenções da Defesa Civil do Estado, que foi elevada ao patamar de secretaria de governo em 2011. Foram anunciados nove pacotes de obras voltados à bacia do rio Itajaí-Açu em 2013.

Entre as ações estão as ampliações das barragens de Ituporanga e Taió, além da instalação do radar meteorológico de Lontras. Construções de outras barragens estão em andamento. O secretário adjunto da Defesa Civil, Fabiano de Souza, diz que há avaliações para que ações semelhantes se repitam em outras regiões de Santa Catarina. A documentação está na fase de formulação dos termos de referência, antecedendo a licitação.

— Estamos falando sempre de minimização de desastres. O homem não tem controle sobre as forças da natureza. É necessário que ocorram outras medidas em paralelo às ações estruturantes — aponta.

Ele se refere à comunicação e ao monitoramento das condições adversas. Hoje, o Estado ainda não cobre todo o território com radares meteorológicos — o equipamento em Lontras abrange 77% de SC. Como o radar do Oeste está na fase final de implantação e o radar móvel do Sul está em produção, a expectativa é de que ambos entrem em operação até junho. Sem ponto fixo, o aparelho na região Sul terá cobertura de 52 municípios. Já o equipamento instalado em Chapecó, além de garantir a cobertura das demais áreas de SC, poderá monitorar o sudoeste do Paraná, o noroeste do Rio Grande do Sul e parte da Argentina.

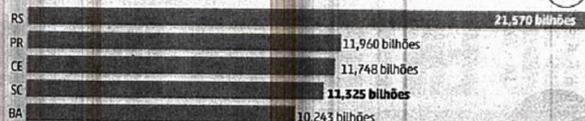
NOVO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PREVISTO AINDA PARA 2017

A relação entre a Defesa Civil do Estado e os órgãos municipais também deve mudar. Hoje, os principais contatos são feitos por telefone, e-mails ou por intermédio dos coordenadores regionais. O plano é de que, a partir do segundo semestre, um novo sistema de comunicação e a ativação do Centro Integrado de Gestão de Risco e Desastres concentre as principais informações voltadas à prevenção e à resposta aos desastres. O prédio está em construção no bairro Capoeiras, em Florianópolis, e reunirá serviços de monitoramento e alerta, meteorologia, hidrometeorologia, geologia, mapeamento de áreas de risco e planos emergenciais.

Outra medida, voltada ao cidadão, pode ajudar a minimizar os impactos dos desastres ambientais já nas próximas semanas: desde quarta-feira, moradores de 20 cidades catarinenses podem se cadastrar para receber alertas de desastres da Defesa Civil via SMS no celular. É possível cadastrar mais de um endereço informando os CEPs desejados em mensagem para o número 40199. Não há custo.

O novo serviço entra em teste a partir de terça-feira e segue por quatro meses. Depois, deve ser ampliado para todo o país.

PREJUÍZOS PRIVADOS (R\$) 4º LUGAR



PREJUÍZOS PÚBLICOS (R\$) 7º LUGAR

SC 1,065 bilhão

PREJUÍZOS NA INDÚSTRIA (R\$) 1º LUGAR

SC 1,047 bilhão
 ES 458 milhões
 PR 394 milhões
 RS 333 milhões
 BA 304 milhões

PREJUÍZOS NOS SERVIÇOS (R\$) 1º LUGAR

SC 1,545 bilhão
 RJ 1,120 bilhão
 PR 694 milhões
 RS 670 milhões
 ES 611 milhões

PREJUÍZOS NA AGRICULTURA (R\$) 4º LUGAR

RS 17,254 bilhões
 PR 8,964 bilhões
 CE 8,086 bilhões
 SC 7,602 bilhões
 BA 7,381 bilhões

PREJUÍZOS NA PECUÁRIA (R\$) 7º LUGAR

SC 1,132 bilhão

DANOS E PREJUÍZOS DE DESASTRES HIDROLÓGICOS (R\$) 2º LUGAR

Inundação, enxurrada, deslizamento

RJ 10,787 bilhões
 SC 9,777 bilhões
 MG 8,094 bilhões
 RS 6,248 bilhões
 SP 4,077 bilhões

DANOS E PREJUÍZOS DE DESASTRES METEOROLÓGICOS (R\$) 3º LUGAR

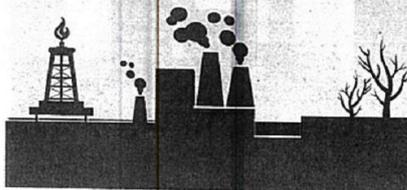
Ciclone, tornado, granizo, vendaval

RS 3,067 bilhões
 PR 2,335 bilhões
 SC 1,653 bilhão
 MG 1,015 bilhão
 SP 244 milhões

DANOS E PREJUÍZOS DE DESASTRES CLIMATOLÓGICOS (R\$) 8º LUGAR

Geadas, estiagem, seca

SC 6,171 bilhões



LOCALIZAÇÃO E RELEVO ATRAEM FENÔMENOS

O que contribui para SC ser cenário de tantos eventos naturais é a localização do Estado no globo terrestre, além das características do relevo catarinense. A explicação é do gerente do Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de SC (Epagri/Ciram), Hamilton Justino Vieira. A posição, segundo o especialista, é de latitude média, uma coordenada geográfica onde a ocorrência de fenômenos extremos é frequente e intensa. O relevo do Estado também é acidentado. Há altitudes de 200 metros no Extremo-Oeste, de até 1,8 mil metros em São Joaquim e uma faixa litorânea extensa no nível do mar.

– Esse relevo, essa localização do nosso Estado faz com que ocorram esses fenômenos de uma maneira mais frequente e intensa – resume o gerente da Epagri/Ciram.

Outro motivo apontado por Vieira é mais fácil de entender: com a urbanização massiva do litoral catarinense nas últimas décadas, as ocorrências registradas na faixa litorânea do Estado, por

consequência, passaram a atingir mais pessoas. Ou seja, se não houvesse tantas pessoas concentradas nas mesmas áreas, o impacto dos acontecimentos seria menos expressivo.

O que mudou da década de 1990 para os dias atuais, acrescenta Hamilton Justino Vieira, é a rede de informações disponíveis no Estado. Nesse intervalo, Santa Catarina criou um núcleo de meteorologia e hoje conta com cursos de formação na área na UFSC e no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

O banco de dados da Epagri, destaca Vieira, recebe informações de 230 estações meteorológicas, o que considera um dos mais completos do país. A expectativa do gerente da estatal catarinense é de que as novas tecnologias proporcionem formas ainda mais seguras de previsão e de prevenção no futuro. Mas as mudanças, reforça, precisam ir além. Ele alerta para o perigo das construções irregulares e a importância dos planos diretores dos municípios.

DANOS EM HABITAÇÕES (R\$)



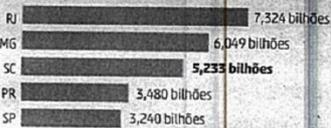
4º LUGAR

DANOS EM INFRAESTRUTURA (R\$)



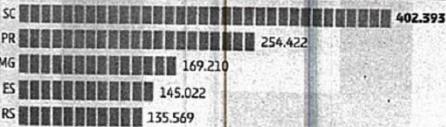
2º LUGAR

DANOS MATERIAIS TOTAIS (R\$)



3º LUGAR

HABITAÇÕES DANIFICADAS (UNIDADES)



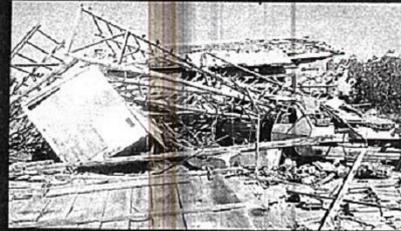
1º LUGAR

HABITAÇÕES DESTRUÍDAS (UNIDADES)

SC 11.021

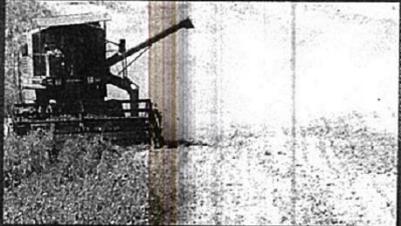
8º LUGAR

SC É UM ESTADO MARCADO PELOS DESASTRES



FURACÃO CATARINA

Mais de 27,5 mil desalojados, quase 36 mil casas danificadas, 518 feridos e 11 mortos com o furacão. Os prejuízos totalizaram R\$ 1 bilhão e 14 municípios da região Sul decretaram estado de calamidade pública.



ESTIAGEM NO OESTE

A falta de chuva deixou 37 municípios em situação de emergência, sendo a maioria no Oeste do Estado. Caminhões-pipa levaram água às zonas rurais, rios secaram e o prejuízo chegou a 90% em algumas propriedades.



TRAGÉDIA

Em novembro de 2008, o excesso de chuva matou centenas de pessoas no Estado. Em Blumenau, por exemplo, o rio Itajaí-Açu subiu e atingiu o centro da cidade, derrubando as encostas e causando muitos deslizamentos ou enxurradas.

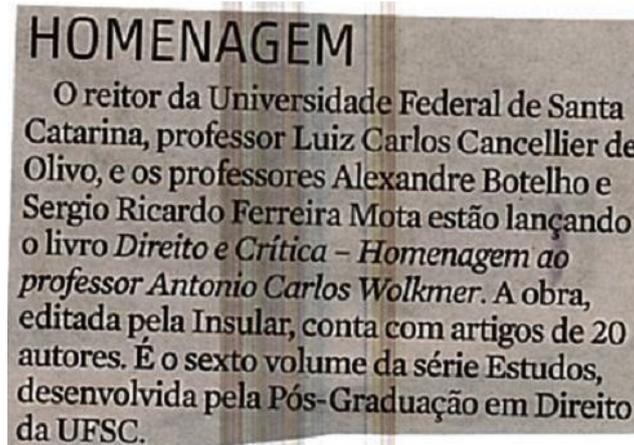


ENCHENTE

Em 2011, o Vale do Itajaí foi novamente atingido por enchentes, causadas pelo excesso de chuva. O centro da cidade de Blumenau ficou tomado pela água do principal rio da região, que desemboca no mar, em Itajaí.

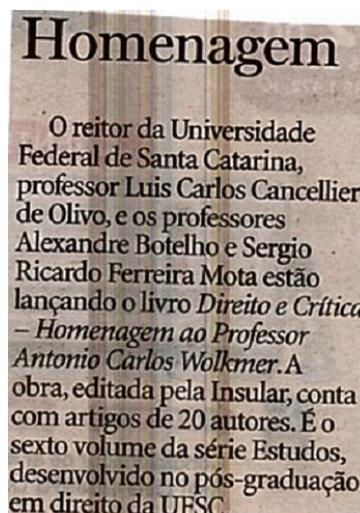
Diário Catarinense
Moacir Pereira
"Homenagem"

Homenagem / Reitor / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina /
Professor / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Alexandre Botelho / Sergio
Ricardo Ferreira Mota / Livro / Lançamento / Direito e Crítica – Homenagem
ao professor Antonio Carlos Wolkmer / Insular / Série Estudos / Pós-
Graduação em Direito



A Notícia
Moacir Pereira
"Homenagem"

Homenagem / Reitor / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina /
Professor / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Alexandre Botelho / Sergio
Ricardo Ferreira Mota / Livro / Lançamento / Direito e Crítica – Homenagem
ao professor Antonio Carlos Wolkmer / Insular / Série Estudos / Pós-
Graduação em Direito



“SC entre os que mais sofrem com desastres naturais”

SC entre os que mais sofrem com desastres naturais / Banco Mundial / Forças da natureza / UFSC / Santa Catarina / Prejuízos / Relatório de Danos Materiais e Prejuízos Decorrentes de Desastres Naturais no Brasil / Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil / Ceped / Gestão de Riscos de Desastres / Rafael Schadeck / Defesa Civil / Prevenção / Resposta aos desastres / Centro Integrado de Gestão de Risco e Desastres / Previsão / Epagri/Ciram / Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de SC / Hamilton Justino Vieira / Meteorologia

SÁBADO E DOMINGO - 4 E 5/2/2017 **NOTÍCIAS 12** ANotícia

SC ENTRE OS QUE MAIS SOFREM COM DESASTRES NATURAIS

A indústria catarinense foi a mais abalada pelas intempéries entre 1995 e 2014 e os prejuízos deixaram o Estado como terceiro mais afetado. Variedade de eventos climáticos impulsiona a posição no cenário nacional

80 mil Casas foram danificadas no Estado em 2008, quando deslizamentos e enxurradas mataram centenas de pessoas.

Detalhamento dos dados influencia na colocação

O setor privado foi o mais afetado pelos desastres naturais, com custos de R\$ 11,3 bilhões em 20 anos. Já o poder público catarinense teve prejuízos na casa de R\$ 1 bilhão, entre instalações públicas de saúde, ensino de prestação de serviços e de uso comunitário. A maior fatia impactou nos cofres públicos em 2014, quando o montante perdido chegou a R\$ 203 milhões.

Embora não justifique a posição destacada de Santa Catarina no relatório, o organizador do levantamento entende que o detalhamento dos dados locais contribui para que os números de SC sejam mais precisos do que os de parte dos outros Estados.

— A pesquisa é retroativa, tem início na análise de anos atrás. Há algumas lacunas porque não se tinha o mesmo sistema de informação que existe hoje. Mas Santa Catarina sempre esteve um pouco à frente na organização dos relatórios, o que acaba por incrementar as quantidades de eventos registradas aqui — aponta Schadeck.

DANOS E PREJUÍZOS TOTAIS (R\$ - EM BILHÕES)

No ranking nacional, a despesa para reconstrução só não é maior do que no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais

Estado	Danos e Prejuízos Totais (R\$ - em bilhões)
RS	24,279
MG	20,570
SC	17,623
BA	16,503
PR	14,663

3º Lugar

As forças da natureza fizeram de Santa Catarina o terceiro Estado do País mais impactado por danos materiais e prejuízos financeiros em um intervalo de duas décadas. Despesas provocadas por desastres naturais nas cidades catarinenses somaram R\$ 17,6 bilhões entre 1995 e 2014. Entram nesse cálculo desde eventos extremos, como furacão, tempestades e inundações, até situações de seca e estiagem.

Só a indústria catarinense, a mais abalada do País por causa dos desastres, perdeu cerca de R\$ 1 bilhão no período. O setor de serviços de SC também concentrou o maior prejuízo entre todos os Estados no segmento, com danos de R\$ 3,5 bilhão. Os catarinenses ainda foram os que mais tiveram casas danificadas pelos fenômenos naturais: pelo menos 402 mil habitações sofreram algum tipo de dano em função dos desastres.

As informações estão reunidas no Relatório de Danos Materiais e Prejuízos Decorrentes de Desastres Naturais no Brasil, um levantamento elaborado pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil (Ceped) da UFSC, com o apoio do Banco Mundial.

A publicação, recém-divulgada pelo Ceped, considera informações relatadas pelos municípios aos Estados e à União — desastres ocorridos nos últimos dois anos ainda não constam no estudo.

Pesquisador do Ceped e organizador do relatório, o especialista em gestão de riscos de desastres, Rafael Schadeck explica que a variedade de eventos frequentemente observados em Santa Catarina impulsiona a posição do Estado no cenário nacional. Registros de tornados, vendavais e granizo, por exemplo, são recorrentes e costumam fazer estragos moderados.

Mas os eventos mais convencionais, diz o especialista, geram números expressivos quando somados aos chamados “pontos fora da curva”, como o Furacão Catarina em 2004, o único já registrado na costa brasileira. Somente naquele ano, quase 100 mil casas foram danificadas. Também em 2004, Santa Catarina foi afetada por uma forte estiagem, que se estendeu até o ano seguinte, comprometendo os resultados na agricultura.

Em 2008, outro período com desastres de proporções muito acima da média, mais de 80 mil casas foram danificadas no Estado. O ano foi marcado por uma tragédia com mortes, deslizamentos de terra e inundações em novembro. A época, prejuízos estimados em R\$ 4,7 bilhões pelo Banco Mundial. Destes, R\$ 1,4 bilhão apenas no setor habitacional. Joinville, Lages, Itajaí, Blumenau e Criciúma tiveram a maior quantidade de registros.

As inundações no Vale do Itajaí, em 2011 e no Vale do Itapocu, em 2014, além das ocorrências de granizo e de tempestades nas regiões Oeste e Serrana, em 2014, também são lembradas como eventos que provocaram picos entre as duas décadas analisadas.

— Tínhamos o objetivo de chamar atenção não apenas para os grandes eventos, mas para o somatório de todos eles. Santa Catarina tem 295 municípios que, em algum momento, apresentaram danos nesses 20 anos. Somos um Estado bem preparado, mas risco zero não existe. Há um perfil de perigo natural bastante significativo — aponta Schadeck.

Eventos relacionados ao excesso de chuva foram os mais frequentes em Santa Catarina no período analisado. Só as enxurradas somaram 907 ocorrências. Especialmente no Oeste, foram 823 casos de estiagem ou seca. Isto fez da agricultura do Estado a quarta mais prejudicada do Brasil durante os anos avaliados.

LOCALIZAÇÃO E RELEVO ATRAEM FENÔMENOS

O que contribui para SC ser cenário de tantos eventos naturais é a localização do Estado no globo terrestre, além das características do relevo catarinense. A explicação é do gerente do Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de SC (Epagri/Giram), Hamilton Justino Vieira. A posição, segundo o especialista, é de latitude média, uma coordenada geográfica onde a ocorrência de fenômenos extremos é frequente e intensa. O relevo do Estado também é acidentado. Há altitudes de 200 metros no Extremo-Oeste, de até 1,8 mil metros em São Joaquim, e uma faixa litorânea extensa no nível do mar.

— Esse relevo, essa localização do nosso Estado faz com que ocorram esses fenômenos de uma maneira mais frequente e intensa — resume o gerente da Epagri/Giram.

Outro motivo apontado por Vieira é mais fácil de entender: com a urbanização massiva do litoral catarinense nas últimas décadas, as ocorrências registradas na faixa litorânea do Estado, por con-

seqüência, passaram a atingir mais pessoas. Ou seja, se não houvesse tantas pessoas concentradas nas mesmas áreas, o impacto dos acontecimentos seria menos expressivo.

O que mudou da década de 1990 para os dias atuais, acrescenta Hamilton Justino Vieira, é a rede de informações disponíveis no Estado. Nesse intervalo, Santa Catarina criou um núcleo de meteorologia e hoje conta com cursos de formação na área na UFSC e no Instituto Federal Santa Catarina (IFSC).

O banco de dados da Epagri, destaca Vieira, recebe informações de 230 estações meteorológicas, o que considera um dos mais completos do País. A expectativa do gerente da estatal catarinense é de que as novas tecnologias proporcionem formas ainda mais seguras de previsão e de prevenção no futuro. Mas as mudanças, reforça, precisam ir além. Ele alerta para o perigo das construções irregulares e a importância dos planos diretores dos municípios.



DANOS EM HABITAÇÕES (R\$)



4º

LUGAR



DANOS EM INFRAESTRUTURA (R\$)

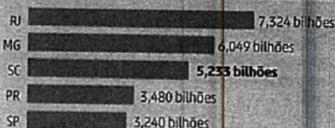


2º

LUGAR



DANOS MATERIAIS TOTAIS (R\$)

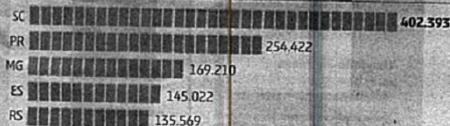


3º

LUGAR



HABITAÇÕES DANIFICADAS (UNIDADES)



1º

LUGAR



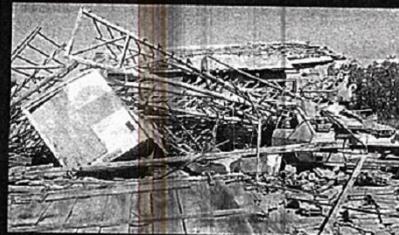
HABITAÇÕES DESTRUÍDAS (UNIDADES)

SC 11.021

8º

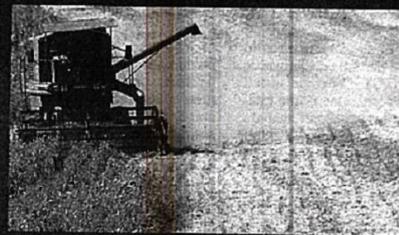
LUGAR

SC É UM ESTADO MARCADO PELOS DESASTRES



FURACÃO CATARINA

Mais de 27,5 mil desalojados, quase 36 mil casas danificadas, 518 feridos e 11 mortos com o furacão. Os prejuízos totalizaram R\$ 1 bilhão e 14 municípios da região Sul decretaram estado de calamidade pública.



ESTIAGEM NO OESTE

A falta de chuva deixou 37 municípios em situação de emergência, sendo a maioria no Oeste do Estado. Caminhões-pipa levaram água às zonas rurais, rios secaram e o prejuízo chegou a 90% em algumas propriedades.



TRAGÉDIA

Em novembro de 2008, o excesso de chuva matou centenas de pessoas no Estado. Em Blumenau, por exemplo, o Rio Itajaí-Açu subiu e atingiu o centro da cidade, derrubando as encostas e causando muitos deslizamentos ou enxurradas.



ENCHENTE

Em 2011, o Vale do Itajaí foi novamente atingido por enchentes, causadas pelo excesso de chuva. O centro da cidade de Blumenau ficou tomado pela água do principal rio do Vale do Itajaí, que desemboca no mar, em Itajaí.

TRAGÉDIA DEIXA LIÇÕES E AÇÕES DE PREVENÇÃO ESTÃO EM ANDAMENTO

Em 2008, o pior desastre natural da história do Estado também deixou lições. Uma delas foi a retomada de estudos voltados à região do Vale do Itajaí, considerada uma das áreas mais vulneráveis. Pesquisas iniciadas na década de 1980 pela Agência de Cooperação Japonesa (Jica) ganharam as atenções da Defesa Civil do Estado, que foi elevada ao patamar de secretaria de governo em 2011. Foram anunciados nove pacotes de obras voltados à bacia do rio Itajaí-Açu, em 2013.

Entre as ações estão as ampliações das barragens de Ituporanga e de Taió, além da instalação do radar meteorológico de Lontras. Construções de outras barragens estão em andamento. O secretário adjunto da Defesa Civil, Fabiano de Souza, diz que há avaliações para que ações semelhantes se repitam em outras regiões de Santa Catarina. A documentação está na fase de formulação dos termos de referência, antecedendo a licitação.

— Estamos falando sempre de minimização de desastres. O homem não tem controle sobre as forças da natureza. É necessário que ocorram outras medidas em paralelo às ações estruturantes — aponta.

Ele se refere à comunicação e ao monitoramento das condições adversas. Hoje, o Estado ainda não cobre todo o território com radares meteorológicos — o equipamento em Lontras abrange 77% de SC. Como o radar do Oeste está na fase final de implantação e o radar móvel do Sul está em produção, a expectativa é de que ambos entrem em operação até junho. Sem ponto fixo, o aparelho na região Sul terá cobertura de 52 municípios. Já o equipamento instalado em Chapecó, além de garantir a cobertura das demais áreas de SC, poderá monitorar o Sudoeste do Paraná, o Noroeste do Rio Grande do Sul e parte da Argentina.

Novo sistema de comunicação previsto ainda para 2017

A relação entre a Defesa Civil do Estado e os órgãos municipais também deve mudar. Hoje, os principais contatos são feitos por telefone, e-mails ou por intermédio dos coordenadores regionais. O plano é de que, a partir do segundo semestre, um novo sistema de comunicação e a ativação do Centro Integrado de Gestão de Risco e Desastres concentre as principais informações voltadas à prevenção e à resposta aos desastres.

O prédio está em construção no bairro Capoeiras, em Florianópolis, e reunirá serviços de monitoramento e alerta, meteorologia, hidrometeorologia, geologia, mapeamento de áreas de risco e planos emergenciais.

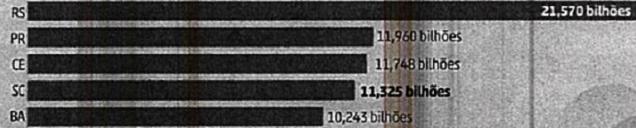
Outra medida, voltada ao cidadão, pode ajudar a minimizar os impactos dos desastres ambientais já nas próximas semanas: desde a última quarta-feira, moradores de 20 cidades catarinenses podem se cadastrar para receber alertas de desastres da Defesa Civil via SMS no celular.

É possível cadastrar mais de um endereço informando os CEPs desejados em mensagem para o número 40199. Não há custo. O novo serviço entra em teste a partir desta terça-feira e segue por quatro meses. Depois, deve ser ampliado para todo o País.



PREJUÍZOS PRIVADOS (R\$)

4º LUGAR



PREJUÍZOS PÚBLICOS (R\$)

7º LUGAR

SC 1,065 bilhão



PREJUÍZOS NA INDÚSTRIA (R\$)

1º LUGAR

SC 1,047 bilhão
ES 458 milhões
PR 394 milhões
RS 333 milhões
BA 304 milhões



PREJUÍZOS NOS SERVIÇOS (R\$)

1º LUGAR

SC 1,545 bilhão
RJ 1,120 bilhão
PR 694 milhões
RS 670 milhões
ES 611 milhões



PREJUÍZOS NA AGRICULTURA (R\$)

4º LUGAR



PREJUÍZOS NA PECUÁRIA (R\$)

7º LUGAR

SC 1,132 bilhão



DANOS E PREJUÍZOS DE DESASTRES HIDROLÓGICOS (R\$)

inundação, enxurrada, deslizamento

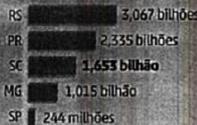
2º LUGAR



DANOS E PREJUÍZOS DE DESASTRES METEOROLÓGICOS (R\$)

oídio, tomado, granizo, vendaval

3º LUGAR

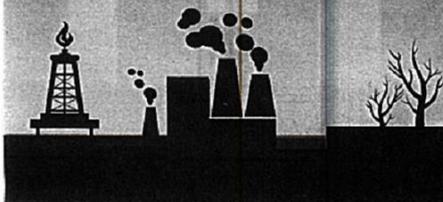


DANOS E PREJUÍZOS DE DESASTRES CLIMATOLÓGICOS (R\$)

geada, estiagem, seca

8º LUGAR

SC 6,171 bilhões



CLIPPING DIGITAL

04/02/17

[Referência em Direito Ambiental, Cristiane Derani escolheu Floripa para compartilhar sua expertise](#)

[EM DESTAQUE: A jovem Débora Delai Costa é a mais nova cirurgiã dentista em Concórdia](#)

05/02/17

[Estudantes apoiam agricultura familiar](#)

[Estudantes apoiam agricultura familiar](#)

[UFSC abre vagas para professor temporário em diversas áreas](#)